

**RELATÓRIO DA
CONTABILIDADE DE
CUSTOS**

2019

1. Enquadramento

No atual contexto económico-financeiro em Portugal, o controlo orçamental dos organismos públicos encontra-se sujeito a medidas mais restritivas, sobretudo no que toca à assunção de despesa. Desta forma, a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras tradicionais torna-se escassa, assumindo assim a contabilidade de custos um papel importante como medida de análise e controlo, auxiliando o processo de planificação e tomada de decisão dos gestores e administradores públicos.

Nos termos do ponto 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, "a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços".

Com a implementação e constante aperfeiçoamento deste instrumento, constata-se que as decisões tomadas, apoiadas pela análise e informação obtida através do recurso à contabilidade de custos, apresentam um maior grau de certeza face à anteriormente obtida com recurso exclusivo à informação da contabilidade financeira-patrimonial.

Este elemento de apoio à gestão e tomada de decisão tem vindo a demonstrar-se extremamente importante nos municípios no que respeita à assunção de despesa.

Para o Município da Chamusca, a contabilidade de custos é um dos mecanismos que coadjuva a tomada de decisão. Implementada em 2011, a contabilidade de custos, tem sofrido sucessivas alterações no sentido da melhor adequação à realidade envolvente.

2. Contabilidade de Custos

Por forma a conciliar melhor eficiência com mais transparência têm vindo a ser adotados sistemas de apoio à gestão e tomada de decisão, tais como, a contabilidade de custos que, sendo um mecanismo de gestão, potencializa a eficiência dos recursos existentes e utilizados.

Todos os dados relativos à contabilidade de custos são obtidos automaticamente a partir da contabilidade financeira, diretamente ou por integração automática dos módulos de faturação, gestão de stocks, obras por administração direta, sistema de gestão de pessoal e património. Distingue-se da contabilidade patrimonial na medida em que, ao invés de ter por objeto as relações da autarquia com o exterior, focaliza-se no registo e controlo de todos os movimentos internos.

O objetivo final da contabilidade de custos no POCAL é o apuramento do custo de cada função, de cada bem produzido e de cada serviço prestado. Percebe-se que o sistema permitido para o apuramento destes mesmos custos é o sistema de custeio total, usando-se uma base única de repartição dos custos indiretos.

2.1. Análise dos Resultados de 2019

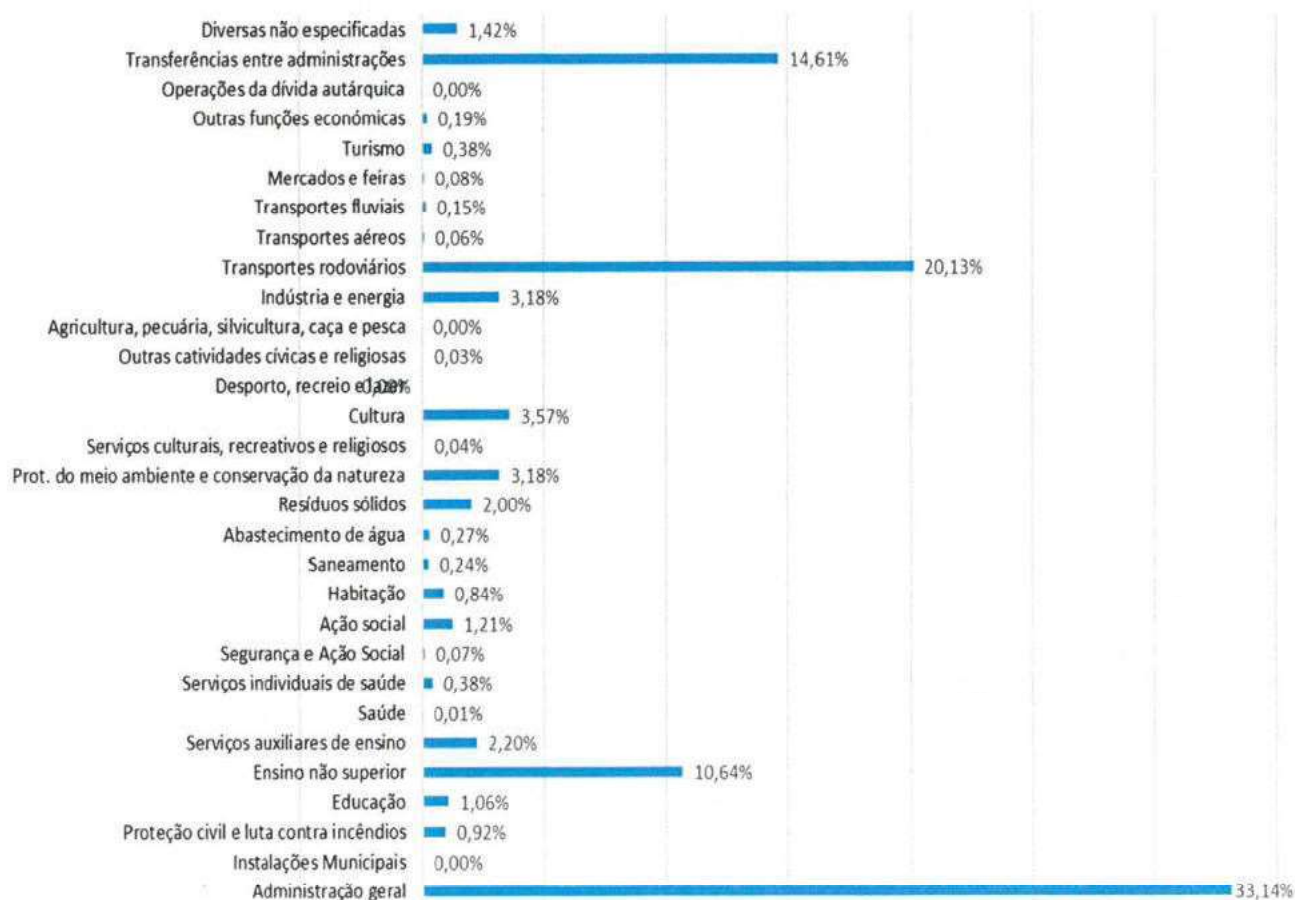
2.1.1. Apuramento dos Custos Diretos por Função

Como custos imputados diretamente à função, ou seja, custos que não estão diretamente relacionados com algum bem ou serviço, temos todos os custos com vencimentos, Caixa Geral de Aposentações e a taxa social única, entre outros.

Temos ainda os custos correntes de funcionamento dos edifícios administrativos municipais, como exemplo a eletricidade, comunicações fixas e móveis, água e segurança.

As funções com maior destaque são: a administração geral com 33,14%, os transportes rodoviários com uma percentagem de 20,13% e as transferências entre administrações com 14,61% do total dos custos diretos por função da autarquia.

Custos Diretos por Função



Funções		Custos diretos a bens e serviços	Custos indiretos a bens e serviços	Total Custos diretos à função	Custos indiretos à função	Total	% Total dos custos	% Total das funções
1	Funções Gerais	1.050.412,29 €	1.957.865,64 €	3.008.277,93 €	0,00 €	3.008.277,93 €	34,07%	100,00%
110	Serviços gerais de administração pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
111	Administração geral	996.386,20 €	1.930.364,04 €	2.926.750,24 €	0,00 €	2.926.750,24 €	33,14%	97,29%
112	Instalações Municipais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	54.026,09 €	27.501,60 €	81.527,69 €	0,00 €	81.527,69 €	0,92%	2,71%
2	Funções sociais	1.588.057,68 €	683.883,09 €	2.271.940,77 €	0,00 €	2.271.940,77 €	25,73%	100,00%
210	Educação	0,00 €	93.809,61 €	93.809,61 €	0,00 €	93.809,61 €	1,06%	4,13%
211	Ensino não superior	800.823,43 €	138.736,67 €	939.560,10 €	0,00 €	939.560,10 €	10,64%	41,35%
212	Serviços auxiliares de ensino	184.545,87 €	10.149,64 €	194.695,51 €	0,00 €	194.695,51 €	2,20%	8,57%
220	Saúde	0,00 €	662,20 €	662,20 €	0,00 €	662,20 €	0,01%	0,03%
221	Serviços individuais de saúde	0,00 €	33.816,03 €	33.816,03 €	0,00 €	33.816,03 €	0,38%	1,49%
230	Segurança e Ação social	0,00 €	5.840,40 €	5.840,40 €	0,00 €	5.840,40 €	0,07%	0,26%
232	Ação social	17.409,40 €	89.320,64 €	106.730,04 €	0,00 €	106.730,04 €	1,21%	4,70%
241	Habitação	16.147,88 €	57.863,80 €	74.011,68 €	0,00 €	74.011,68 €	0,84%	3,26%
243	Saneamento	68,92 €	20.865,59 €	20.934,51 €	0,00 €	20.934,51 €	0,24%	0,92%
244	Abastecimento de água	1.318,78 €	22.206,91 €	23.525,69 €	0,00 €	23.525,69 €	0,27%	1,04%
245	Resíduos sólidos	172.184,69 €	4.073,28 €	176.257,97 €	0,00 €	176.257,97 €	2,00%	7,76%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	175.434,48 €	105.047,93 €	280.482,41 €	0,00 €	280.482,41 €	3,18%	12,35%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	0,00 €	3.569,61 €	3.569,61 €	0,00 €	3.569,61 €	0,04%	0,16%
251	Cultura	217.685,74 €	97.920,78 €	315.606,52 €	0,00 €	315.606,52 €	3,57%	13,89%
252	Desporto, recreio e lazer	-0,87 €	0,00 €	-0,87 €	0,00 €	-0,87 €	0,00%	0,00%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	2.439,36 €	0,00 €	2.439,36 €	0,00 €	2.439,36 €	0,03%	0,11%
3	Funções económicas	454.034,46 €	1.681.272,40 €	2.135.306,86 €	0,00 €	2.135.306,86 €	24,18%	100,00%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	431,86 €	431,86 €	0,00 €	431,86 €	0,00%	0,02%
320	Indústria e energia	281.009,92 €	0,00 €	281.009,92 €	0,00 €	281.009,92 €	3,18%	13,16%
331	Transportes rodoviários	146.806,51 €	1.631.016,97 €	1.777.823,48 €	0,00 €	1.777.823,48 €	20,13%	83,26%
332	Transportes aéreos	1.192,99 €	3.834,60 €	5.027,59 €	0,00 €	5.027,59 €	0,06%	0,24%
333	Transportes fluviais	12.227,46 €	797,06 €	13.024,52 €	0,00 €	13.024,52 €	0,15%	0,61%
341	Mercados e feiras	6.893,85 €	465,85 €	7.359,70 €	0,00 €	7.359,70 €	0,08%	0,34%
342	Turismo	5.729,81 €	28.018,21 €	33.748,02 €	0,00 €	33.748,02 €	0,38%	1,58%
350	Outras funções económicas	173,92 €	16.707,85 €	16.881,77 €	0,00 €	16.881,77 €	0,19%	0,79%
4	Outras funções	1.391.660,21 €	23.411,23 €	1.415.071,44 €	0,00 €	1.415.071,44 €	16,02%	100,00%
410	Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
420	Transferências entre administrações	1.283.417,77 €	6.622,67 €	1.290.040,44 €	0,00 €	1.290.040,44 €	14,61%	91,16%
430	Diversas não especificadas	108.242,44 €	16.788,56 €	125.031,00 €	0,00 €	125.031,00 €	1,42%	8,84%
TOTAL		4.484.164,64 €	4.346.432,36 €	8.830.597,00 €	0,00 €	8.830.597,00 €	100%	

Os custos totais apurados de bens e serviços foram de 8.830.597,00€, sendo esses custos divididos em custos diretos e indiretos a bens e serviços. Os custos diretos representam 50,78% do total, sendo que os restantes 49,22% pertencem a custos indiretos a bens e serviços.

As **Funções sociais** tiveram um custo apurado de 2.271.940,77€ o que corresponde a 25,73% dos custos totais, sendo que destes, 1.588.057,68€ são custos diretos a bens e serviços e os restantes custos indiretos a bens e serviços. É a função com maior peso no total dos custos diretos e indiretos a bens e serviços.

As **Funções gerais** analisadas apuraram 1.050.412,29€ de custos diretos a bens e serviços e 1.957.865,64€ de custos indiretos a bens e serviços, sendo os presentes custos respeitantes na sua maior parte 'função 'administração Geral'.

A função 111 – 'Administração Geral' totaliza o montante de 2.926.750,24€ do qual o valor de custos indiretos a bens e serviços é de 1.930.364,04€. Os presentes valores respeitam ao serviço do centro de inclusão, ao serviço de educação (de evidenciar os manuais escolares que o Município adquiriu para distribuir), à representação e promoção do concelho e ao serviço dos Paços do Concelho. É de salientar também os valores que incluem os custos com vencimentos dos funcionários que desempenham funções inerentes à administração geral do Município.

Verifica-se ainda que as funções gerais têm um valor apurado ligeiramente inferior às funções sociais.

As **Funções económicas** atingiram uma percentagem de 24,18%, sendo que a repartição é de 454.034,46€ para custos diretos a bens e serviços e 1.681.272,40€ de custos indiretos a bens e serviços.

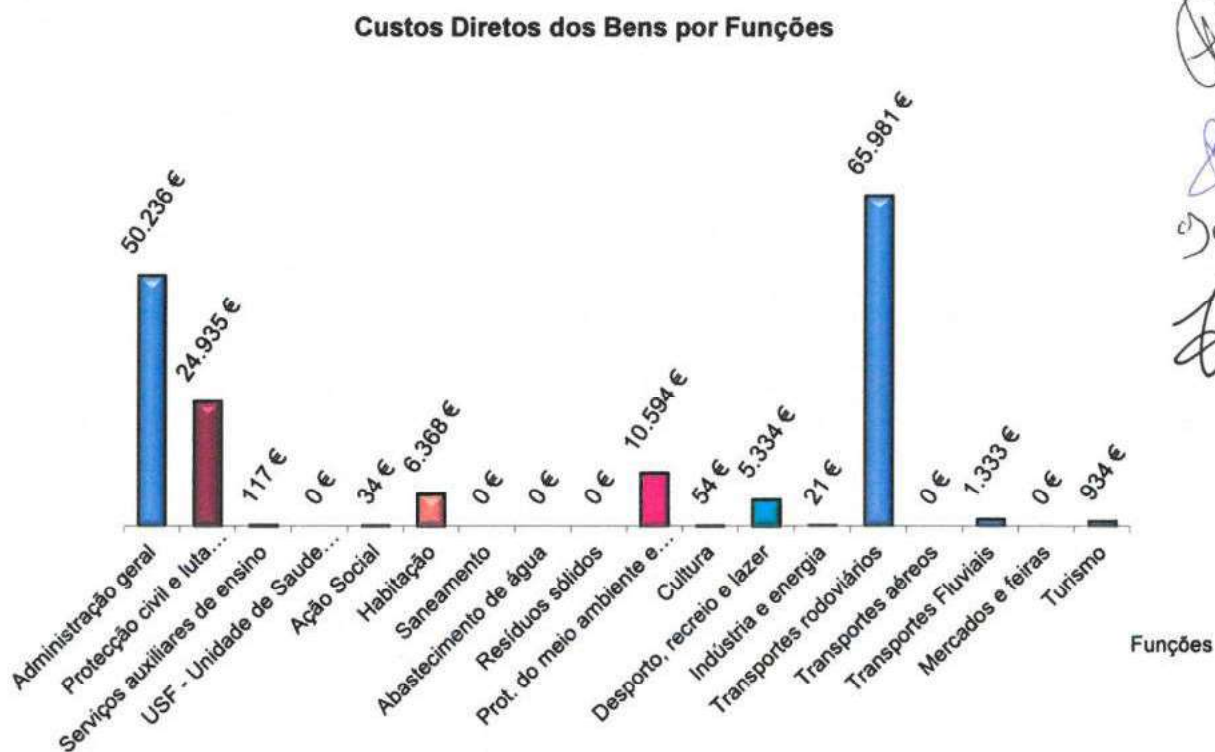
O valor mais significativo na função económica foi obtido nos transportes rodoviários com um custo total de 1.777.823,48€ que é obtido na sua maioria pelo valor dos custos indiretos a bens ou serviços da função no valor de 1.631.016,97€. Os custos diretos a bens e serviços da função 331-'Transportes Rodoviários' totalizam 146.806,51€.

Por fim as **Outras funções** representam 16,02% dos totais dos custos apurados diretos e indiretos, onde as transferências entre administrações (função 420 – 'Transferências entre administrações') apresentam o maior destaque, com cerca de 91% do total desta função.

A análise global dos custos diretos e indiretos a bens ou serviços apresentam um montante total de custos de 8.830.597,00€ dos quais 4.346.432,36€ são custos indiretos a bens e serviços e 4.484.164,64€ são custos diretos a bens e serviços, o que demonstra que existe um valor global de custos que não é possível imputar nem a bem nem a serviço dada a natureza da despesa e que estão a ser imputados à função.

2.1.1.1. Análise de Custos Diretos dos Bens

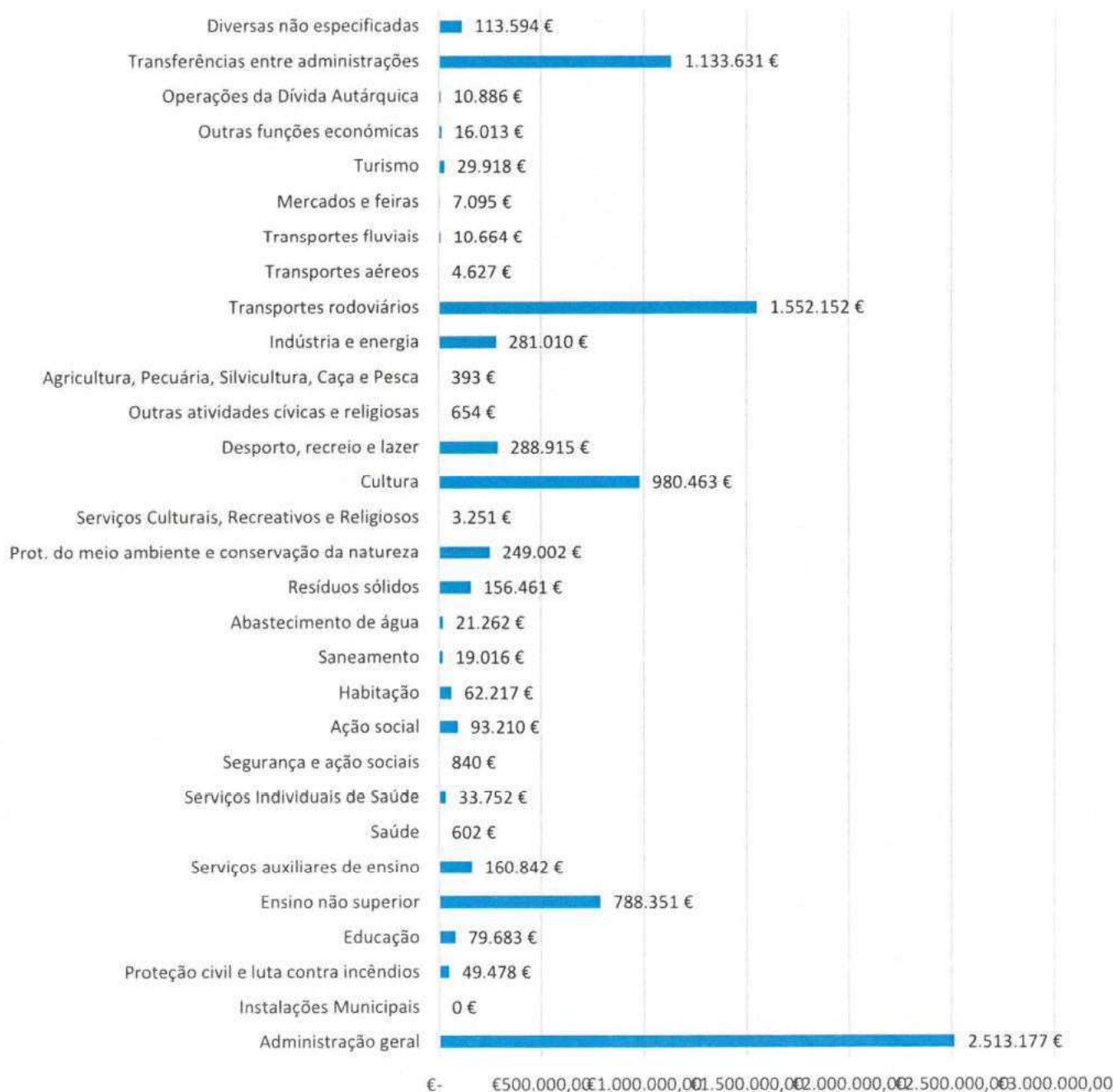
Da análise global dos custos dos bens e dos serviços existentes em cada função podemos sintetizar a informação em distribuição dos custos dos bens por função.



Da análise efetuada aos custos diretos imputados aos bens podemos verificar que a função 331 - 'Transportes Rodoviários' representa 39,76% do total de custos diretos seguida da função 111 - 'Administração geral' com 50.236,38€ (30,27%), conforme se pode constatar no gráfico anterior.

2.1.1.2. Análise de Custos Diretos dos Serviços

Custos Diretos dos serviços por Funções



Podemos visualizar que a função 111 – 'Administração Geral' é a que absorve a maior parte dos custos diretos dos serviços com 29,02% do total, onde se inclui os serviços de Inclusão Social, o serviço de Educação, a representação/promoção do concelho e outros gastos com a atividade do Município.

Na segunda posição encontra-se a função 331-T'ransportes Rodoviários' com 17,92% do total dos custos diretos dos serviços.

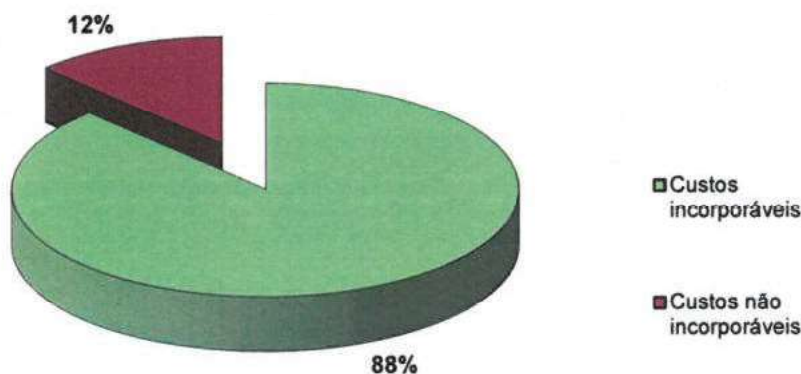
Com 13,09% do total dos custos diretos dos serviços encontra-se a função 420 – 'Transferências entre Administrações', que engloba as transferências para a Resitejo – Associação de Gestão e o Tratamento de Lixos do Médio Tejo, que abrange a recolha dos resíduos sólidos urbanos, onde se inclui o contrato Interadministrativo com a Freguesia da Carregueira e o contrato Interadministrativo com a União de Freguesia da Parreira e Chouto.

2.1.2. Apuramento dos Custos Não Incorporáveis

Entende-se por custos incorporáveis, os custos diretos ou indiretos imputados a bem, serviço ou função, que são refletidos nos mapas da contabilidade de custos. Os custos não incorporáveis são custos não considerados na contabilidade de custos pelo que não são refletidos em qualquer mapa.

Os critérios de imputação utilizados no ano de 2019 visaram a inclusão de todos os custos a bem, serviço ou à função quando assim se aplica, desta forma não existem custos indiretos à função.

Custos não incorporáveis



De acordo com o gráfico apresentado foram considerados na contabilidade de custos 88% dos custos totais em custos incorporáveis e 12% em custos não incorporáveis.

O total de custos apurados por este sistema foi no valor de 10.034.072,91€, sendo o valor de custos não incorporáveis de 1.203.475,91€, e de custos incorporáveis de 8.830.597,00€.

2.1.3. Centros de Responsabilidade

Em virtude de se pretender obter da contabilidade de custos mais elementos para além do simples apuramento de custos de bens e serviços, optou-se por apresentar os resultados de imputação por centros de responsabilidade.

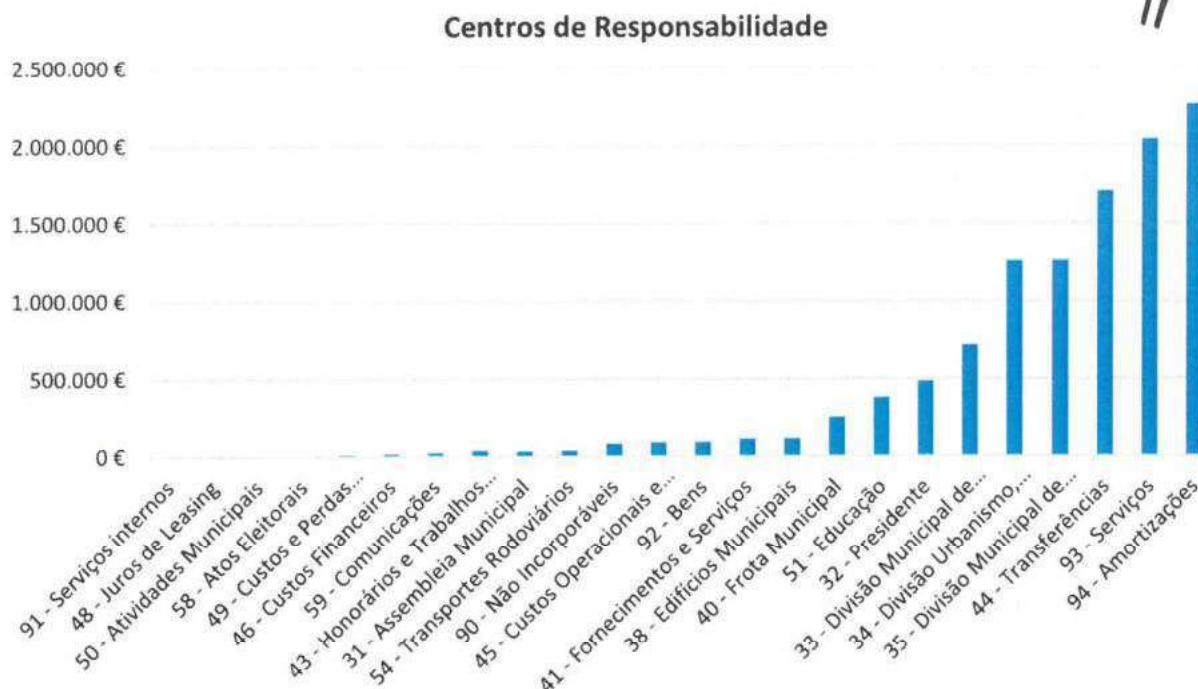
Consideram-se como centros de responsabilidade as unidades contabilísticas que correspondam à realidade organizativa e funcional da entidade, perfeitamente identificadas, diferenciadas e com a responsabilidade de realizar uma atividade ou um conjunto de atividades.

Os centros de responsabilidade da autarquia na contabilidade de custos no ano de 2019, tiveram em conta, o organograma da autarquia e os serviços ou necessidades existentes para apuramento de resultados.

Os centros de responsabilidade constituem o nível elementar de agregação de custos e coincidem, por norma, com a divisão municipal. No nosso caso e condicionados pela nossa dimensão os centros de responsabilidade são criados também de acordo com as necessidades existentes para o apuramento dos custos.

Os centros de responsabilidade, com custos apurados no ano de 2019, foram os seguintes:

Centro de Responsabilidade 2019	Valor
31 - Assembleia Municipal	33 504,34 €
32 - Presidente	486 925,22 €
33 - Divisão Municipal de Administração e Finanças	720 979,08 €
34 - Divisão Urbanismo, Planeamento, Obras e Ambiente	1 255 807,10 €
35 - Divisão Municipal de Intervenção Social	1 260 483,26 €
38 - Edifícios Municipais	118 571,39 €
40 - Frota Municipal	255 010,82 €
41 - Fornecimentos e Serviços	118 446,88 €
43 - Honorários e Trabalhos Especializados	36 282,81 €
44 - Transferências	1 705 832,55 €
45 - Custos Operacionais e Provisões	95 482,39 €
46 - Custos Financeiros	15 678,09 €
47 - Juros de mora	44,63 €
48 - Juros de Leasing	1 282,49 €
49 - Custos e Perdas Extraordinárias	10 739,41 €
50 - Atividades Municipais	4 994,24 €
51 - Educação	381 931,72 €
54 - Transportes Rodoviários	37 250,86 €
58 - Atos Eleitorais	6 632,33 €
59 - Comunicações	22 667,20 €
90 - Não Incorporáveis	86 974,86 €
91 - Serviços internos	550,48 €
92 - Bens	97 524,37 €
93 - Serviços	2 042 722,89 €
94 - Amortizações	2 263 931,45 €
Total	11 060 250,86 €



No ano de 2019 o centro de responsabilidade das amortizações foi o que apresentou o valor mais elevado, sendo o seu cálculo uma obrigação legal. Além das amortizações, os serviços representaram um custo de 2.042.722,89€.

2.1.4. Síntese

Dando cumprimento ao disposto no POCAL, no exercício de 2019, continuou-se a utilizar e aprofundar um sistema de contabilidade de custos, que permitiu o apuramento dos custos do Município por funções, por bens, por serviços e por centros de responsabilidade.

Como se pode verificar nos dados apresentados anteriormente existe, por parte do executivo, uma forte aposta na função 210 – 'Educação' refletindo-se essencialmente nos transportes escolares – 2º, 3º Ciclos e Secundários, combatendo essencialmente o abandono escolar.

Os mapas que se obtêm na contabilidade de custos constituem um importante instrumento de gestão interna. Assim, é hoje possível, em tempo real quantificar gastos e rendimentos numa visão analítica e detalhada.